

---

# Suprimento seguro de energia também no futuro A necessidade de uma estratégia europeia\*

---

FRANK UMBACH

O chanceler federal alemão Gerhard *Schröder* atribuiu a recente elevação dos preços do petróleo para 42 dólares em princípios de junho principalmente a negócios especulativos resultantes da instabilidade política no Iraque e em outros países exportadores de petróleo na região (especialmente a Arábia Saudita). Com isso, o governo alemão responsabilizou um instantâneo situacional e um problema primariamente temporário por problemas estruturais certamente mais profundos da segurança energética global.

No entanto, as tendências estratégicas do futuro suprimento internacional de energia muito mais importantes devem-se, por um lado, principalmente ao aumento da demanda de energia por parte da Ásia (sobretudo da China e da Índia) e, por outro lado, à limitação da disponibilidade mundial de capacidades de produção livres passíveis de rápida mobilização em caso de uma elevação da demanda global de petróleo e gás natural ou de falha de capacidades de produção planejadas. Assim, em maio de 2004 a Agência In-

---

\* Publicado originalmente em *Internationale Politik, Energie und Klima*, Europa Archiv, n. 8, p. 17-28, agosto de 2004.

ternacional de Energia (IEA) teve de corrigir o prognóstico inicial da demanda mundial de petróleo dos 78,7 milhões de barris/dia (mb/d), elevando-o para 82,5 mb/d. Com isso o crescimento atinge quase o dobro da média dos últimos cinco anos. Segundo os prognósticos da IEA, só o consumo de petróleo da China crescerá neste ano em 13%, atingindo 6,2 mb/d (5,49 mb/d em 2003). Enquanto nos países da OCDE vem há anos ocorrendo uma desvinculação entre crescimento econômico e (menor) crescimento da demanda de energia, a demanda de energia da China continua crescendo mais rapidamente que o crescimento econômico.

O receio de gargalos globais de produção em curto prazo, que poderiam elevar os preços do petróleo a 50 dólares ou mais, desta forma freando sensivelmente as taxas mundiais de crescimento econômico, tem fundamento: isto se dará principalmente se os atentados terroristas não se limitarem apenas ao Iraque, mas se se estenderem principalmente também à Arábia Saudita como maior produtor de petróleo, passando a atingir cada vez mais a infra-estrutura petrolífera (como capacidades de produção e refinarias). Neste sentido, a problemática da segurança energética internacional em futuro breve ou médio não reside tanto na finitude das reservas de petróleo e gás (41 e 60 anos respectivamente), mas primariamente no acúmulo de crises regionais e instabilidades políticas internas nos países produtores de petróleo e gás, nas crescentes limitações de capacidades de produção livres em consequência da pressão competitiva global e num aumento inesperado e rapidamente crescente da demanda global de petróleo, bem como em uma gigantesca demanda de investimentos em nova infra-estrutura (exploração, refinarias, oleodutos etc.).

Estes desafios da segurança energética global também têm implicações para a União Européia. Já em novembro de 2000 a Comissão Européia havia publicado um “livro verde” a respeito da “futura segurança de suprimento de energia” apontando as numerosas deficiências estruturais da UE e os desafios futuros. A Comissão da UE observa com preocupação o aumento da dependência de

importações de energia. A previsão para 2030 é de 70%, enquanto as importações de petróleo da UE poderiam elevar-se de 76 para 96%, de gás natural de 40 para 70% e de carvão de 50 para mais de 70%.

A questão da segurança do suprimento energético da Alemanha deverá passar a receber muito mais atenção no futuro. Assim, será preciso questionar criticamente a noção de que o mercado regularia tudo, bem como ampliá-la levando em conta as dimensões globais e geopolíticas da futura segurança energética. Por isso requer-se uma estratégia para a segurança energética da Alemanha, que, entretanto, só será realista e fará sentido no contexto de uma política energética europeia comum (GEEP). Nisso será necessário incluir também o conhecimento técnico regional e de política de segurança externa.

## 1. Dimensões globais

Na opinião da IEA e de numerosas outras organizações da área energética, os combustíveis fósseis continuarão sendo a principal fonte primária de energia até o ano de 2030, apesar do empenho mundial em expandir a oferta de vetores energéticos alternativos, devendo ter de cobrir mais de 90% do crescimento energético mundial. Embora o gás natural deva ser a fonte de energia de crescimento mais rápido entre os combustíveis fósseis, com 2,4% ao ano, o petróleo, perfazendo 37% do *mix* mundial de energia, permanecerá como principal fonte global de energia, principalmente devido à expansão do setor de transportes (que aumentará dos atuais 47% para 55% de todo o consumo de óleo). Portanto, as fontes de energia renováveis e as novas tecnologias (como a célula de combustível) só poderão passar a desempenhar um papel maior no suprimento mundial de energia após 2020/2030.

É verdade que desde 2000 as reservas mundiais comprovadas de petróleo e gás natural voltaram a aumentar, de modo que não existe expectativa de crise energética em prazo curto ou médio. No

entanto, no mais tardar após 2010 os preços do petróleo deverão elevar-se mais intensamente, uma vez que o equilíbrio entre demanda, produção e reservas globais de petróleo se deslocará e os custos de exploração de jazidas de petróleo em águas profundas e em regiões distantes e pouco acessíveis, como por exemplo no Ártico, aumentarão nitidamente. Para o ano de 2020, a Organização de Países Exportadores de Petróleo (OPEP), a IEA e a Administração de Informações Energéticas (EIA) americana prevêem uma demanda total de petróleo da ordem de 103-118 mb/d. Destes, somente a OPEP produzirá aproximadamente 55-65 mb/d, de modo que a participação da OPEP na produção mundial de petróleo poderá aumentar dos atuais 32-38% para mais de 50%.

A futura elevação da demanda mundial de energia primária cairá em mais de 60% sobre os países em desenvolvimento como resultado do seu rápido crescimento econômico e populacional. Também a industrialização, a urbanização e a substituição de biomassa não comercial por combustíveis comerciais determinam o aumento consideravelmente maior da demanda de energia primária em comparação com os países da OCDE. Enquanto a participação dos países da OCDE na demanda mundial de energia cairá de 58 para 47% no período de 2000-2030, no mesmo período a dos países em desenvolvimento poderá aumentar de 30 para 43%. Na demanda global de petróleo, somente os países em desenvolvimento serão responsáveis por 29 mb/d do aumento global prognosticado de até 45 mb/d.

Enquanto hoje a Ásia já consome um quarto da demanda mundial de petróleo, nos próximos 20 anos o consumo de energia deverá aumentar em aproximadamente o dobro. Em 2020 toda a Ásia precisará importar até 80% (atualmente 60%) de toda a sua demanda de petróleo (EUA: 27%). Diante da ausência generalizada de políticas de segurança de abastecimento de energia e da insuficiente diversificação de vetores energéticos e de importações, a Ásia já é compelida hoje a pagar um sobrepreço de até 1,50 dólar por barril acima do preço de mercado mundial por meio do *Asian Premium*.

A China já enfrenta hoje uma crescente crise energética e será forçada neste verão a poupar 30 milhões de quilowatts de energia elétrica. Em quase dois terços do país, o consumo de energia elétrica está sendo reduzido em razão de superaquecimento climático e econômico. A partir de agosto, quase 6.400 empresas terão de fechar por uma semana por ordem governamental, para que não ocorra um colapso geral da rede elétrica. Nos primeiros seis meses, o governo ordenou no país inteiro mais de 750.000 cortes temporários de energia. Apesar dos esforços da China em introduzir energias renováveis (especialmente energia eólica), a participação desta na produção energética aumentará para apenas 10% em 2010 e 12% em 2020, tendo em vista a gigantesca demanda de energia.

Além disso, até 2020 não somente a demanda de energia da China e da Índia, mas também dos países do grupo ASEAN (Associação de Nações do Sudeste Asiático) duplicará. Apesar de novos esforços de diversificação nesses países, o petróleo permanecerá o principal vetor energético, não obstante a redução prevista na produção regional própria. Entrementes o sudeste da Ásia já tem menos reservas de petróleo que a Europa. A Indonésia, maior produtor de petróleo da região, passou em 2004 pela primeira vez a importador líquido de petróleo porque seus campos petrolíferos se esgotaram e os investimentos externos são insuficientes em razão das instabilidades políticas internas determinadas pela violência.

## **2. O Oriente Médio, região de crises**

Com o crescimento mundial das importações de petróleo bruto e gás natural, a importância política mundial da crítica região do Oriente Médio aumentará significativamente não somente para a Ásia, mas também para a UE. Isto se dará principalmente se a OPEP, detendo uma parcela superior a 50% da produção mundial de petróleo bruto, conseguir estabelecer um consenso político que extrapole a política energética (por exemplo sobre a pendência palestino-israelense).

Além disso existe hoje uma diferença decisiva em relação ao choque de petróleo de 1973/74: naquela ocasião, os xeques do petróleo conseguiram impor elevações de preço só por tempo limitado por haver muitos concorrentes produtores de petróleo e as empresas petrolíferas ocidentais terem podido desbravar novos campos no Alasca, no Canadá e no Mar do Norte. Caso, porém, os países do Oriente Médio reconheçam que para o futuro as empresas petrolíferas ocidentais não disporão mais de escapes equivalentes, não se pode excluir um deslocamento dos pesos de poder político entre países produtores e importadores de petróleo a favor da OPEP. Assim, 90% das reservas comprovadas de petróleo encontram-se no mundo islâmico, abrangendo desde os campos ainda majoritariamente inexplorados na Ásia Central e da bacia do Cáspio até o Golfo Pérsico. Só os seis países integrantes do Conselho Cooperativo do Golfo (*Gulf Cooperation Council / GCC*) – Bahrain, Kuwait, Omã, Qatar, Arábia Saudita e os Emirados Árabes Unidos – dispõem de mais de 45% das reservas petrolíferas mundiais atualmente comprovadas e de 15% dos recursos globais de gás. Incluindo-se o Iraque e o Irã, a região inteira do Golfo Pérsico dispõe de cerca de 65% de todas as reservas petrolíferas mundiais e de 34% de todas as reservas mundiais de gás natural.

Por isso, a região do Golfo assumirá uma posição-chave para a segurança energética global nas futuras exportações não somente de petróleo, mas também de gás natural. Ao mesmo tempo, porém, 10 dos 14 principais países exportadores de petróleo bruto precisam ser classificados como de política interna instável, o que em caso de ocorrência de conflitos poderia conduzir a interrupções do suprimento de petróleo e de gás natural para o mercado mundial. Entrementes, 50% da demanda mundial de energia é suprida por países produtores cuja instabilidade política interna constitui um alto risco. Por isso, no prazo médio de até 2020, cada vez menos se podem excluir gargalos energéticos com drásticas elevações de preço ou até crises de suprimento de grande porte. Isto valerá principalmente no caso de a Arábia Saudita, maior produtor de petróleo e detentor das

maiores reservas comprovadas de petróleo bruto e das únicas significativas capacidades de produção ociosas, deixar de operar.<sup>1</sup>

Com o deslocamento da demanda mundial de petróleo dos países industrializados ocidentais para os países industriais emergentes de maior população, como a China e a Índia, a maior parcela global das refinarias também se deslocará dos EUA e da Europa para a Ásia e outras regiões do mundo. Isto significa que não somente a crescente demanda de petróleo bruto terá de ser coberta a partir de regiões politicamente instáveis, mas que também 60% do sistema mundial de refino se encontrará em países e regiões de relativa instabilidade política. Também este fato poderá causar quedas de produção mais freqüentes, com efeitos de abrangência mundial sobre a segurança do suprimento de petróleo e gás natural ou, no mínimo, a fortes oscilações dos preços mundiais de petróleo bruto, gasolina e gás natural.

Além disso já se observa hoje uma crescente concorrência de recursos principalmente entre a China e o Japão como segundo e terceiro maiores consumidores mundiais de petróleo, que concorrem tanto por um oleoduto da Rússia (para a China ou para Nakhodka na costa pacífica da Rússia), como também pela exploração das reservas petrolíferas marinhas no Mar da China Oriental.

### **3. Capacidades limitadas**

Principalmente em épocas de crise e conflitos, as capacidades adicionais de extração e produção de petróleo e gás natural são mais limitadas do que nunca. Já durante a Segunda Guerra do Golfo em 1990/91, somente a Arábia Saudita esteve em condições de elevar significativamente sua produção de petróleo em 2 mb/d a fim de compensar a quebra de 4-5 mb/d de produção de petróleo do Iraque e do Kuwait (na ocasião, ambos os países respondiam juntos por

---

1. Cf. sobre isso UMBACH, 2003:259ss. Cf. sobre isso também a crítica literária na p. 115ss.

aproximadamente 14,7% das exportações mundiais de petróleo) e manter a estabilidade dos preços após uma breve elevação. Já no início de 1998 essas reservas de capacidade de extração dos países da OPEP haviam caído de 5 mb/d (22% de toda a produção da OPEP ou 10% da produção mundial de petróleo) no início da década de noventa para apenas 1,5 mb/d (apenas 9% da produção da OPEP ou 3% da extração mundial). Em abril de 2003, a capacidade ociosa de produção de petróleo teoricamente disponível já havia caído de 7,3 para nada mais que 0,7 a 1,2 mb/d.

De fato, em junho deste ano, a OPEP já havia extraído 27-28 mb/d, e não apenas a quota combinada de 23,5 mb/d. A fim de reduzir os preços internacionais, a Arábia Saudita havia elevado sua produção de 2 mb/d para até 10,3 mb/d. Enquanto os Emirados Árabes Unidos também conseguiram aumentar sua produção em mais 400.000 barris por dia, a Venezuela, a Indonésia, a Nigéria e outros países líderes na produção de petróleo não dispõem mais de capacidades de reserva livres significativas ou se confrontavam eles próprios com crises políticas internas e quebras de produção. Mesmo as possibilidades de aumento de produção da Arábia Saudita são limitadas neste nível, enquanto os problemas da Rússia são menos de aumento de produção que de gargalos nos oleodutos para poder colocar o petróleo bruto extraído adicionalmente à disposição do mercado mundial.

Também o Iraque, que teoricamente poderia produzir até 6 mb/d, dificilmente aparecerá nos próximos anos no mercado mundial como exportador líder, tendo em vista sua tensa situação de segurança. A atual extração não alcançou sequer o nível de 2,5 mb/d anterior à guerra. No entanto, sem investimentos maciços da ordem de pelo menos 25 bilhões de dólares, tal aumento de produção não será realista.

Por causa da precária segurança local, porém, tais investimentos não serão realizados. Como, portanto, em futuro previsível também o Iraque não deverá estar disponível como produtor adicional de petróleo de grande porte, existe a ameaça de drásticas



elevações de preço em caso de outras crises políticas internas nos países produtores de petróleo. Finalmente, também uma greve na indústria petrolífera norueguesa, que normalmente assegura mais de 3 mb/d (quase totalmente exportados, tornando a Noruega o terceiro maior exportador mundial de petróleo) ou 4% da demanda mundial de óleo, causou uma quebra temporária de produção superior a 375.000 barris, exacerbando ainda mais a situação já tensa no mercado internacional de óleo cru.

Em nenhum momento das décadas passadas as capacidades de produção livres, inclusive na OPEP, estiveram tão baixas. Somente os dez países da OPEP perderam nos últimos dois anos mais de um milhão de barris por dia de capacidade livre por aumentos de produção para compensar as quebras na Venezuela, na Indonésia, na Nigéria, no Iraque e em outros países. Na opinião de especialistas internacionais, em caso de outras quebras de âmbito mundial, a Arábia Saudita poderia elevar sua produção em apenas 11,2 mb/d, complementados por outros 200.000 barris por dia provenientes de outros países da OPEP e de menos de 1 mb/d de outros países produtores não pertencentes à OPEP. Até o final de 2004, porém, quando a demanda mundial de petróleo bruto aumenta em 3-4 mb/d por motivos sazonais, isto poderá ser insuficiente para satisfazer a demanda mundial com um nível mediano de preços. Além disso, a situação de mercado poderá ser exacerbada pelos planos de Pequim de disponibilizar dez bilhões de dólares para a criação de uma reserva estratégica própria de óleo, que deverá fortalecer racionalmente a segurança de suprimento prolongado da República Popular.

#### **4. Necessidades de investimento**

Os grupos empresariais privados, especialmente, só farão grandes investimentos no exterior se houver condições políticas gerais estáveis para investimentos estrangeiros. Sem esses investimentos, porém, muitos países exportadores de petróleo e gás natural correm o risco de perder a base de sua sustentação econômica. Isto poderá

conduzir a distúrbios políticos internos e instabilidades ainda maiores, que por sua vez afugentarão os investidores estrangeiros, criando um círculo vicioso, como já se pode observar atualmente no Iraque, mas também nos países da Ásia Central (bacia do Cáspio) e africanos.

Para cobrir a elevação da demanda mundial de energia em quase 50% até 2020, a produção de petróleo do Golfo Pérsico precisa ser elevada em 80%. Isto, porém, só será viável se houver suficientes investimentos estrangeiros, quando o Iraque e o Irã estiverem livres de todas as sanções e embargos e quando toda a região estiver politicamente estável. No entanto, isso dificilmente ocorrerá, conforme ficou impressionantemente documentado nos dois *Arab Human Development Reports* de 2002 e 2003, que revelaram déficits de desenvolvimento e a persistência de insuficiente vontade para reformas econômicas e políticas na maioria dos países árabes, acompanhada de um rápido crescimento populacional.

Estima-se em aproximadamente 300 bilhões de dólares a necessidade de investimentos dos seis países integrantes do Conselho Cooperativo do Golfo para abertura de novos campos petrolíferos e de gás natural, enquanto a IEA estimou os investimentos mundiais no setor energético em 16 bilhões de dólares até 2030. No último encontro da APEC (*Asia Pacific Economic Cooperation*), a necessidade de investimentos somente na infra-estrutura petrolífera da Ásia foi estimada conservadoramente em até 4,4 bilhões de dólares, a fim de assegurar um crescimento econômico de apenas 3,5% na região até 2020 – sem considerar o fato de que entretanto também os países da ASEAN querem seguir o exemplo da China em recuperar cerca de 10% do seu consumo total de energia.

Essas tendências estratégicas globais da segurança energética internacional e a crescente importância de fatores geopolíticos apontam uma circunstância que geralmente é desconsiderada nas discussões alemãs e por muitos economistas: a alta dependência do futuro suprimento energético mundial em relação à região extremamente instável do Oriente Médio, assim como de condições políticas gerais. Em vez disso, principalmente na Alemanha a fé na

panacéia dos mecanismos mercadológicos (“o mercado regula tudo”) parece ainda ser ilimitada. No entanto, nos últimos 15 anos, a segurança de suprimento foi de fato deixada nas mãos dos grupos empresariais privados, cuja estratégia empresarial é primariamente determinada por uma orientação baseada nos lucros. Por isso, ultimamente quase ninguém se sentiu responsável pela questão da futura segurança de suprimento da Alemanha. Embora o relatório energético de outubro de 2001 do Ministério da Economia alemão tivesse atribuído a mesma importância ao aspecto de “segurança de suprimento” que aos objetivos políticos de compatibilidade ambiental e economicidade (gerando ao mesmo tempo críticas internas), deu-se muito pouca atenção aos riscos internacionais da segurança energética, nem se levantou sua problemática – conforme desejado pela Comissão da UE. Mesmo após os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos, em cuja seqüência a questão da futura estabilidade política do Oriente Médio voltou uma vez mais a ocupar o interesse mundial, os fatores geopolíticos da segurança energética internacional são antes uma questão a ocupar com mais intensidade o restante do mundo, mas não a Alemanha.

Ainda que o ministro das Relações Exteriores Joscha Fischer tenha repetidamente alertado com razão para a questão da importância da política energética para a política mundial, parece que até hoje o Ministério das Relações Exteriores não vê necessidade de envolver-se com ênfase na futura política energética da Alemanha e da União Européia mediante inclusão de pareceres técnicos de política externa e de segurança. Aparentemente continua em vigor a tácita suposição de que a corrente elétrica provém da tomada e a gasolina da bomba do posto.

## 5. Provincianismo

Neste contexto, o provincianismo alemão, associado a uma orientação ideológico-dogmática ao invés de pragmática e omissão de consideração de fatores globais e de desenvolvimento, também

esbarra rapidamente em limites europeus. Enquanto uma política energética nacional se torna cada vez mais anacrônica por motivos tanto econômicos como também políticos, o governo alemão também não vem realmente buscando uma transferência de competências e soberanias a Bruxelas para elaboração de uma política energética européia conjunta (GEEP), sabendo que a orientação alemã de política energética não terá maioria dentro da UE. Isto vale em boa parte também para o abandono unilateral da energia nuclear. Mas a opção pela energia nuclear sequer é reconhecida, no âmbito da política climática internacionalmente importante, como apoio significativo, embora isto venha sendo insistentemente cobrado tanto pela Comissão da UE como também pela IEA, o Conselho Mundial de Energia e numerosos especialistas internacionais em energia. De qualquer forma trata-se na Alemanha apenas da proteção da decisão de abandono e não tanto de planos de construção de novas usinas nucleares. Além disso não existe nenhum conflito insuperável entre política climática e segurança de suprimento.<sup>2</sup>

Assim, enquanto se desligam as usinas nucleares mais seguras da Europa, a Finlândia, a França, a Rússia, a Itália e numerosos postulantes da Europa Oriental declararam que não pretendem desistir da opção nuclear; pelo contrário, anuncia-se a construção de novas usinas nucleares ou sérias considerações a respeito. Mesmo a Suécia não exclui mais a reconsideração da sua própria decisão de egresso. Além disso, a opção nuclear vem registrando um renascimento nos EUA e principalmente na Ásia em função de considerações tanto técnico-econômicas como também políticas. Segundo um novo relatório da Autoridade Internacional de Energia Atômica (IAEO), prognostica-se a que utilização de energia nuclear em todo o mundo até 2030 poderia crescer nitidamente em 2,5 vezes ou aumentar em 70%. Nesse período, a parcela de energia nuclear poderia elevar-se dos presentes 16% para então 27%, podendo chegar a quadruplicar-se até

---

2. Cf. também MÜLLER, 2004:14.

2050. Os motivos para isso encontram-se tanto na política ambiental internacional (Protocolo de Quioto) como também em considerações econômicas e de política de suprimento. Atualmente há 442 usinas nucleares em 30 países, cobrindo um sexto da demanda mundial de energia elétrica. Especialmente na Ásia, principalmente na China e na Índia, existem ambiciosos programas de construção de novas usinas nucleares, embora na China a parcela de energia nuclear deva cobrir apenas 4-6% da sua imensa demanda de energia até 2020. Das 27 usinas nucleares atualmente em construção, 18 já se encontram na Ásia.

É característico para a discussão alemã que também o vetor energético carvão seja discutido exclusivamente sob o ponto de vista da problemática de subvenções e meio ambiente, embora este seja o único vetor energético fóssil digno de menção na Alemanha. Sem levar em conta o fato de que as energias renováveis recebem em média pelo menos o dobro em subvenções por unidade de energia, também este vetor energético precisa ser analisado do ponto de vista da segurança de suprimento da Alemanha. Ainda mais que desde algum tempo se observa um processo de concentração de produção e reservas, que faz os importadores alemães de carvão já falarem em uma “OPEP do carvão”. Como a China não somente dispõe das maiores reservas de carvão, mas cada vez mais também importa carvão adicionalmente (até agora principalmente por razões ambientais, porque o carvão estrangeiro em geral contém menos enxofre), a concorrência na demanda deste combustível fóssil também tem crescido no mercado mundial. Neste sentido, a suposição de que a importação internacional de carvão seja isenta de problemas torna-se cada vez mais questionável e também neste caso desconsidera as tendências estratégicas internacionais.

## **6. Fixação na Rússia?**

Diante do pano de fundo das instabilidades políticas no Oriente Médio, a solução natural para a Alemanha e a UE parece

ser principalmente uma importação maior de petróleo e gás natural da Rússia, como aliás consta da proclamada parceria russo-europeia de 30 de outubro de 2000. De fato, à primeira vista, uma série de razões (em grande parte a maior estabilidade política) depõe a favor de uma drástica expansão das importações de energia da Rússia. Assim, a importação alemã de gás natural da Rússia nos primeiros quatro meses de 2004 atingiu 47,6%, chegando a 33,8% nas importações de petróleo. Até 2030, as importações de gás natural poderão elevar-se até para 60% ou mais. No entanto, principalmente em épocas de crise, o suprimento de gás natural é o que oferece menos flexibilidade que o de petróleo em razão da dispendiosa infra-estrutura e dos altos investimentos (muitos países dependem para tanto de um único gasoduto). Um gargalo técnico no gasoduto ou uma interrupção do suprimento por gasoduto por motivações políticas são muito mais graves, uma vez que tal quebra de suprimento não pode ser compensada rapidamente por fornecimentos alternativos. Isto permanecerá assim até que a Alemanha e a Europa passem a maiores importações de gás liquefeito (GNL), que, no entanto, são mais caras.

Uma excessiva dependência das importações de gás natural principalmente da Rússia também contrariaria o importante mandamento de diversificação da UE. Além disso, não estaria isenta de problemas, tendo em vista o entrelaçamento de motivos de política externa e de segurança no âmbito da política russa de exportação de energia, que de modo algum é regida exclusivamente por critérios econômicos. Justamente o presente caso Yukos mostra que de modo nenhum foram apenas as ambições políticas de Michail Chodorkowsky que incomodaram o presidente Vladimir Putin. Mais do que isso, não só o plano da Yukos de construir o primeiro duto particular entre a Rússia e a China, bem como de vender por 25 bilhões de dólares uma participação de 25% da Yukos ao grupo energético americano Exxon enfrentou não apenas maciça oposição da economia energética russa, que permanece predominantemente na forma de monopólio estatal, mas também do Kremlin.

Este não quer de modo algum abrir mão do controle dos recursos russos, dos grupos empresariais energéticos e principalmente da política de óleo/gasodutos. Neste sentido, não se pode até hoje falar de verdadeiras estruturas de economia de mercado na economia energética russa, mas antes de uma espécie de capitalismo estatal, no qual a preservação do controle político do Kremlin sobre a política energética é a característica mais marcante. Aliás, isto fez com que desde o início do mandato presidencial de Putin muitos especialistas passassem muito cedo a falar de uma insidiosa “renacionalização” da economia energética russa, ainda que Putin tenha pragmaticamente dado boas-vindas a um maior engajamento financeiro de empresas européias e principalmente alemãs. Além disso, até agora Moscou não assinou nem o acordo da Carta Energética, nem o Protocolo de Trânsito, e também não quer submeter-se às regras de concorrência da OMC no setor energético. Sob estas circunstâncias, uma concentração totalmente unilateral da política energética alemã e européia sobre a Rússia é política e economicamente míope. Muito mais explosiva ainda é essa focalização para os países do antigo Pacto de Varsóvia, cuja política energética depende em grau ainda muito maior da Rússia e que por isso querem incrementar suas aquisições de energia de outros países e regiões, mesmo se essa opção for mais cara. Além disso, para a Europa, uma importação de petróleo e gás natural da Ásia Central seria freqüentemente mais atraente do ponto de vista financeiro, corresponderia ao mandamento da diversificação e além disso contribuiria para estabilização econômica e política dessa grande área que vem ganhando importância geopolítica também para a Europa.<sup>3</sup>

Torna-se, por isso, necessário um maior engajamento da UE na economia energética, com salvaguardas políticas, porque, principalmente depois da expansão da UE e da OTAN para o leste, a UE não pode mais isolar-se das numerosas instabilidades daquela área. Há também consideráveis dúvidas sobre a capacidade da Rússia em

---

3. Cf. UMBACH, 2004 (a ser publicado em breve como “DGAP-Analyse”).

avançar durante as próximas duas décadas com a modernização da sua própria economia energética – levando-se em conta consideráveis investimentos estrangeiros, num volume de até 600 bilhões de dólares, até um ponto que permita efetivar a exportação de energia à Europa no volume planejado por Moscou. Por isso, conviria que, do ponto de vista da UE, paralelamente a uma expansão da importação de energia da Rússia, também aquela da Ásia Central e da Bacia do Cáspio e, em menor medida, também da África, se tornasse parte integrante da estratégia europeia de segurança de suprimento energético de longo prazo, caso não se queira que a dependência das importações europeias de energia em relação à Rússia, ao Oriente Médio e à OPEP aumente ainda mais.

## 7. Perspectivas

Nos últimos dez anos a demanda global de petróleo duplicou em comparação com os 20 anos precedentes. Além disso multiplicam-se os indícios de que, apesar das crescentes reservas mundiais de petróleo, os campos petrolíferos esgotados vêm sendo substituídos mais lentamente por novos. Por isso, muitos dos prognósticos sobre as atuais reservas de petróleo podem revelar-se como excessivamente otimistas. Tendo em vista a alta concentração das reservas de petróleo e gás natural na “elipse estratégica” do “Oriente Médio Expandido”, da demanda global em crescimento mais rápido que o esperado, principalmente da Ásia, e a crescente dependência da UE, da Ásia e dos UEA de importações de petróleo e gás natural de menos países produtores, além de tudo instáveis, cada vez menos se podem excluir quebras de fornecimento e gargalos de suprimento em consequência de atentados terroristas, distúrbios políticos e greves ou catástrofes naturais.

Mesmo se a UE conseguir implementar com sucesso seu ambicioso programa de fomento de energias renováveis, que visa suprir em 2010 20% da demanda de energia elétrica e 12% da demanda total de energia a partir de energias renováveis, a perspectiva de



médio prazo é que será necessário lançar mão de todos os vetores energéticos para fazer frente aos desafios globais da economia energética, sob maior consideração da segurança do suprimento à Europa em consequência do rápido crescimento da demanda global, do aumento das importações próprias de petróleo e gás natural de regiões politicamente instáveis, bem como de outros fatores geopolíticos. Quanto à questão das opções de energia nuclear e carvão de um lado e das energias renováveis de outro, não se trata de “ou...ou”, mas de “tanto...quanto”, e de uma orientação mais equilibrada da política energética alemã e européia em função dos três objetivos de segurança de suprimento energético, compatibilidade ambiental e economicidade.

Até agora, porém, nem a Alemanha nem a UE sequer se aproximam de estar preparadas para os desafios da segurança energética internacional; ainda não desenvolveram uma estratégia comum de segurança de suprimento energético e os correspondentes mecanismos adequados de criação de estoques críticos, conforme a Comissão Européia tem criticado repetidamente.

Diante disso, é animador o recente Diálogo de Cooperação Asiática (*Asian Cooperation Dialogue* – ACD), também chamado de “Iniciativa Qingdao”, que visa ao fortalecimento da cooperação energética regional. Este desperta a esperança de que a fome dos países asiáticos por energia possa no futuro ser resolvida em forma de cooperação e não de confronto no sentido de crescente concorrência pelos recursos ou até por meio de conflitos militares em torno dos recursos. Para vencer os desafios globais e impedir o surgimento de conflitos em torno dos recursos seria útil também um diálogo inter-regional UE-Ásia sobre cooperação energética, tal como recentemente propôs e especificou um relatório do Conselho para Cooperação Asiático-Européia (*Council for Asia-Europe Cooperation* – CAEC) para o processo ASEM (*Asia-Europe Meeting*).<sup>4</sup>

---

4. Cf. GODEMENT et al, 2004.

## Referências bibliográficas

- GODEMENT, François, NICOLAS, Françoise, YAKUSHIJI, Taizo (Eds.). *Asia and Europe. Cooperating for energy security. A Council for Asia-Europe Cooperation (CAEC)-Task Force Report.* Paris, 2004.
- MÜLLER, Friedemann. *Klimapolitik und Energieversorgungssicherheit.* Zwei Seiten derselben Medaille, SWP-Studie. Berlim, 2004.
- UMBACH, Frank. *Globale Energiesicherheit.* Strategische Herausforderungen für die europäische und deutsche Außenpolitik. Munique, 2003.
- . *Security partnership and strategic energy resources – Implications for CSFP and a Common EU Strategy.* A Strategic Policy Paper on behalf of the European Parliament. Berlim, janeiro de 2004 (a ser publicado em breve como “DGAP-Analyse”).

## Resumo

*O artigo mostra que a problemática da segurança energética internacional em futuro breve ou médio não reside tanto na finitude das reservas de petróleo e gás, mas primariamente no acúmulo de crises regionais e instabilidades políticas internas nos países produtores de petróleo e gás, nas crescentes limitações de capacidades de produção livres em consequência da pressão competitiva global e num aumento inesperado e rapidamente crescente da demanda global de petróleo, bem como em uma gigantesca demanda de investimentos em nova infra-estrutura.*

*Tendo em vista a crescente dependência da UE, da Ásia e dos UEA de importações de petróleo e gás natural de menos países produtores, além de tudo instáveis, afirma-se que cada vez menos se podem excluir quebras de fornecimento e gargalos de suprimento em consequência de atentados terroristas, distúrbios políticos e greves ou catástrofes naturais.*

*Por fim, aponta-se que, até agora, porém, nem a Alemanha nem a UE sequer se aproximam de estar preparadas para os desafios da segurança energética internacional; e que ainda não desenvolveram uma estratégia comum de segurança de suprimento energético e os correspondentes mecanismos adequados de criação de estoques críticos, conforme a Comissão Europeia tem criticado repetidamente.*